

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt nos EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.744.950 - SP
(2018/0132056-9)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : LILIAN MARIA GARCIA NEVES PASSOS
ADVOGADOS : FERNANDO MAURO BARRUECO E OUTRO(S) - SP162604
ANDRE DOS SANTOS ANDRADE E OUTRO(S) - SP300217
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : RUDOLF SCHAITL - TO000163
DENISE ARENT MIOTTO E OUTRO(S) - SP175339
INTERES. : ADRIANA SPINOLA GABRIEL
INTERES. : ADRIANA VIEIRA DA SILVA PISSINATO
INTERES. : ALESSANDRA CASSIA SILVA GOMES
INTERES. : ALESSANDRA PEDROSO PIZZATTO
INTERES. : ALICE KATIA SU

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REFORMA DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração, a teor do art. 1.022 do CPC, constitui-se em recurso de natureza integrativa destinado a sanar vício - obscuridade, contradição ou omissão -, não podendo, portanto, serem acolhidos quando a parte embargante pretende, essencialmente, reformar o decidido.
2. Embargos de declaração rejeitados.

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.

Em virtude das razões apresentadas no agravo interno (e-STJ fls. 1143/1157), reconsidero a decisão agravada proferida às e-STJ fls. 1138/1140 e passo a nova análise dos embargos de declaração opostos por LILIAN MARIA GÁRCIA NECES PASSOS, contra decisão unipessoal de fls. 1119/1121.

No presente recurso, a embargante alega que houve omissão na decisão agravada, haja vista que o seu recurso especial teria sido interposto com base nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no entanto a tese de divergência jurisprudencial apontada nas razões recursais não teria sido apreciada.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/15, somente é cabível o recurso de

Superior Tribunal de Justiça

embargos de declaração nas hipóteses em que haja, no julgado impugnado, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Na presente hipótese, observa-se que a embargante aponta a existência de ponto omissivo no julgado, visto que não teria sido apreciada a existência de divergência jurisprudencial acerca da questão atinente à redução da multa vencida, irresignação que não merece prosperar.

Isso porque, da leitura da decisão embargada, restou claramente abordada a referida questão, conforme se observa do trecho a seguir:

No que se refere à suposta omissão acerca da impossibilidade em reduzir a multa vencida, não merece prosperar a irresignação da recorrente. Isso porque, nas razões recursais não foram trazidas qualquer informação acerca de qual multa estaria vencida, até mesmo porque, tratando-se os autos de impugnação ao cumprimento de sentença, na qual ainda se discute o valor da multa cominatória a ser paga pelo embargado, não há falar em multa vencida na presente hipótese (e-STJ fl. 1120).

Desse modo, importa salientar que os embargos de declaração são instrumento processual excepcional e destinam-se ao aprimoramento do julgado que contenha obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha manifestar o julgador, não se prestando à simples reexame da causa, nem a modificar o entendimento do órgão julgador.

Assim, considerando que o presente recurso não reúne os pressupostos específicos para o seu acolhimento, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, tem-se que esse não merece acolhimento.

Na oportunidade, resta prejudicada a análise das demais questões suscitadas no agravo interno.

Forte nessas razões, REJEITO os embargos de declaração no recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

